

POLÍTICAS PÚBLICAS DE DESENVOLVIMENTO RURAL: O CASO DO MUNICÍPIO DE ARACOIABA, CEARÁ

Maria Damiana de Oliveira Alexandre¹
Maria Vilma Coelho Moreira Faria²

RESUMO

O presente estudo buscou analisar as políticas desenvolvidas no Município de Aracoiaba, voltadas para o desenvolvimento rural. E ainda, entender como os diversos agentes estatais se interligam para tornar essas políticas mais sólidas, e fazê-las chegar ao público esperado. Simultaneamente, pretendeu-se verificar qual a percepção dos pequenos produtores rurais acerca da agricultura sustentável. Para isso, foram discutidas questões pertinentes aos conceitos de políticas públicas, descentralização das políticas, desenvolvimento rural e ruralidade. Também foram apresentadas as principais demandas dos agricultores, e como eles são auxiliados no escoamento da produção. Este trabalho foi desenvolvido a partir de uma pesquisa descritiva-exploratória, com pesquisa bibliográfica e documental acerca da produção agrícola no município em estudo. Para a coleta de dados, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com os atores sociais detentores de informações acerca da realidade de Aracoiaba. As ações encontradas no Município com vistas a desenvolver o setor agropecuário foram: Programa de Aquisição de Alimentos (PAA); Garantia-Safra; Projeto São José; Programa Nacional de Crédito Fundiário; Ciclos de vacinação contra a febre aftosa; Visitas às propriedades rurais; Apoio na consecução de benefícios financeiros junto às instituições bancárias e programas governamentais; Programa Plantar Melhor; Certificação Orgânica e Cursos de capacitação. Sendo apenas estas três últimas de origem municipal. Os cursos de capacitação que já são realizados pelo município, a intenção de ofertar novos cursos, e a certificação própria do Município, podem indicar o início de uma política própria de desenvolvimento rural. A preocupação da gestão municipal com a degradação ambiental e com a poluição, evidencia que os gestores têm empenhado esforços para garantir a sustentabilidade de suas políticas.

Palavras-chave: Desenvolvimento Rural; Ruralidade; Agricultura; Políticas Públicas.

ABSTRACT

The present study sought to analyze the policies developed in the Municipality of Aracoiaba, aimed at rural development. And yet, understand how the various state agents are interconnected to make these policies more solid, and make them reach the expected audience. Simultaneously, it was intended to verify the perception of small rural producers about sustainable agriculture. For this, issues relevant to the concepts of public policies, decentralization of policies, rural development and rurality were discussed. The main demands of farmers were also presented, and how they are helped in the flow of production. This work

¹ Discente do Curso de Bacharelado em Administração Pública pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira- Unilab.

² Orientadora. Doutora em Sociologia pela University Of Tennessee.

Data de Submissão e Aprovação: 02/02/2022

was developed from a descriptive-exploratory research, with bibliographical and documental research about the agricultural production in the city under study. For data collection, semi-structured interviews were carried out with social actors holding information about the reality of Aracoiaba. The actions found in the Municipality with a view to developing the agricultural sector were: Food Acquisition Program (PAA); Harvest Guarantee; Saint Joseph Project; National Land Credit Program; Vaccination cycles against foot-and-mouth disease; Visits to rural properties; Support in achieving financial benefits with banking institutions and government programs; Plant Better Program; Organic Certification and Training Courses. Only the last three are of municipal origin. The training courses that are already being carried out by the municipality, the intention to offer new courses, and the municipality's own certification, may indicate the beginning of its own rural development policy. The concern of municipal management with environmental degradation and pollution shows that managers have made efforts to ensure the sustainability of their policies.

Keywords: Rural Development; Rurality; Agriculture; Public Policy.

Introdução

Procurar alternativas para viabilizar o desenvolvimento de espaços rurais tornou-se cada vez mais comum, uma vez que são notórias as desigualdades pertinentes à dicotomia cidade-campo, onde a primeira é mais privilegiada quando se trata especificamente de desenvolvimento econômico. Repensar a forma como se aborda e conceitua o desenvolvimento é muito importante para compreendermos onde queremos realmente chegar enquanto sociedade, e como podemos fazer isso englobando múltiplos atores sociais, proporcionando benefícios para todos os envolvidos, além de não explorar predatoriamente o meio ambiente. Dessa maneira, o presente artigo teve como principal objetivo analisar as políticas públicas de desenvolvimento rural, desenvolvidas no âmbito do Município de Aracoiaba-Ceará, no período de 2017-2020. Além disso, buscou-se, como objetivos secundários, investigar as implicações práticas que a aplicação de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento rural têm na qualidade de vida dos indivíduos do campo, e analisar a percepção dos pequenos produtores do município acerca de práticas agrícolas sustentáveis.

Acerca do conceito de Desenvolvimento Rural, Kageyama (2004) propõe uma análise desse termo a partir de três enfoques presentes no campo de estudos rurais. No primeiro, denominado desenvolvimento exógeno, temos que forças externas determinam o desenvolvimento rural, sendo este aplicado apenas em algumas regiões. No segundo enfoque, há o desenvolvimento endógeno, no qual o local é o campo de aplicação das políticas públicas rurais. Baseia-se na ideia de que os próprios recursos locais devem ser impulsionados pelos atores ali presentes, em prol de um desenvolvimento que deve ser constante e sustentável. O

último enfoque faz uma junção entre desenvolvimento exógeno e endógeno, e estimula a criação de redes entre as regiões, objetivando-se que forças externas e internas atuem simultaneamente a partir de uma cooperação entre todos os atores.

Para que as políticas públicas voltadas para o meio rural surtam os efeitos desejados, elas precisam levar em consideração o ambiente natural em que os sujeitos estão inseridos, propondo soluções que contribuam com a preservação ambiental e a melhoria da qualidade de vida dos indivíduos. Assim, o desenvolvimento rural precisa ter seu conceito acrescido de mais um termo: sustentabilidade. Entretanto, “simplesmente atribuindo um nome não indica que algo possa existir de forma viável.” (Yearley, 1996: 131 apud Navarro, 2001, p. 89). Portanto, os gestores devem ser qualificados, tendo em vista que os problemas que se apresentarão irão exigir uma multidisciplinaridade de saberes, a fim de que sejam construídas estratégias que visem o uso produtivo e sustentável do meio ambiente.

A fim de que estas estratégias sejam bem formuladas, os beneficiários das políticas também precisam ser integrados nesse processo, pois eles são os maiores conhecedores de sua realidade. Fortalecer os espaços de diálogo e tomada de decisão conjunta, como por exemplo, os conselhos municipais, é imprescindível para o bom andamento das políticas públicas, especialmente aquelas relacionadas ao desenvolvimento endógeno, uma vez que cria uma conjuntura multidisciplinar, conhecedora dos espaços onde atuam. Ademais, divulgar as ações do Governo que vão de encontro à essa temática, possibilita que mais pessoas as conheçam e levem-nas para suas localidades, incentivando-as à fazerem uso de melhores práticas de gestão das políticas de desenvolvimento rural sustentável.

Este trabalho foi desenvolvido a partir de uma pesquisa descritiva-exploratória, com pesquisa bibliográfica e documental pertinente ao tema, e acerca da produção agrícola no município em estudo. Para a coleta de dados, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com os agentes sociais detentores de informações acerca da realidade de Aracoiaba. Teve-se a pretensão de analisar as políticas de desenvolvimento rural elaboradas pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e outras de nível estadual e federal aplicadas no Município, bem como as implicações que essas políticas têm na qualidade de vida dos munícipes da área rural, especificamente dos pequenos produtores.

É importante salientar que, quando se fala em rural, englobamos não somente o campo, mas todos os espaços onde não há adensamentos populacionais e grandes construções, como as comunidades ribeirinhas e os povos indígenas, que dependem basicamente de atividades de

agricultura, extrativismo e pecuária. Numa definição simplista, podemos afirmar que espaços rurais são aqueles onde não há conglomerados de cidades. Entretanto, nos atentaremos a falar somente do espaço mais presente no Município objeto desse estudo: o campo. Para isso, o trabalho foi estruturado em cinco partes: esta introdução; um referencial teórico, onde há breves explanações dos principais conceitos necessários para a compreensão do conteúdo; a metodologia acerca de como o trabalho foi realizado; resultados e discussão da pesquisa; e considerações finais, na qual se faz uma síntese do tema estudado, bem como sugere-se a realização de novos trabalhos sobre a temática abordada.

Desenvolvimento Rural e Ruralidade

Muitas são as discussões acerca da definição do termo rural. Várias delas transmitem a vaga ideia de que o campo é um lugar de atraso, que deve se adaptar principalmente às mudanças tecnológicas presentes no espaço urbano, considerado como lugar de modernidade e portanto, exemplo de progresso e desenvolvimento. Além disso, enfocam a noção errônea de subordinação campo-cidade, concebendo o primeiro como provedor das necessidades alimentícias e de lazer dos moradores deste último. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2017) define rural como todo espaço que não é urbano, sendo ambos os espaços determinados por leis municipais que apontem seus limites territoriais. Veiga (2003) apud Marques (2002, p. 97-98) afirma que

este critério leva a classificar como área urbana sedes de municípios muito pequenas, algumas com população inferior a 2.000 habitantes(...). Tal distorção nos levaria a denominar de cidade o que na realidade seriam aldeias, povoados e vilas, resultando numa superestimação de nosso grau de urbanização.

Com isso, podemos perceber o quanto os conceitos oficiais de urbano e rural são frágeis, gerando incongruências quando da aplicação de políticas públicas para cada espaço, pois além de possuírem extensões territoriais diferenciadas, possuem características específicas que impedem a aplicação de políticas homogêneas. Ponte (2004, p. 26) contribui para essa discussão analisando que “Para entendermos o território rural, não devemos reduzi-lo somente a uma simples realidade quantitativa, mas sim, considerá-lo dentro de um contexto histórico com suas interrelações com o urbano, com o resto do território e suas relações estabelecidas internamente.”

É preciso um conceito de rural que deixe transparecer as relações intersubjetivas entre os sujeitos, ao mesmo tempo que permeie os novos modos de vida decorrentes das transformações ocorridas nesse meio social. Pois, da forma como é concebido, impede de serem aplicadas ações que de fato contribuam para o seu desenvolvimento. Da Silva (1997) ressalta que as políticas rurais pautam-se simplesmente na integração dos habitantes desse meio com os cidadãos, melhorando suas condições de transporte e educação, e na melhoria de suas condições de vida. Com isso, são deixadas de lado questões importantes referentes às novas necessidades do meio rural, que mudam de acordo com a evolução da sociedade.

Medeiros (2017, p. 186), afirma que “O rural é visto como um espaço impar, um ator coletivo um espaço diversificado”. Salienta ainda que “O rural brasileiro é, pois, imbricado de ruralidades que dão novos significados ao campo onde as relações não são apenas culturais, mas econômicas, sociais e políticas.” (MEDEIROS, 2017, p. 187). Dessa maneira, não se pode reduzir a definição de rural à um espaço que necessita tão somente de modernização tecnológica para se igualar à cidade e assim desempenhar melhor seu “papel de provedor”, mas como um local que abarca diferentes contornos e é capaz de desenvolver-se a partir das próprias relações que aí se estabelecem.

Desenvolvimento Rural “trata-se de uma ação previamente articulada que induz (ou pretende induzir) mudanças em um determinado ambiente rural” (NAVARRO, 2001, p.88), com o objetivo de melhorar o bem estar das populações residentes nesses espaços. Ainda segundo o mesmo autor, a expressão foi acrescida do termo “sustentável” a fim de destacar a importância das políticas de desenvolvimento rural se pautarem no aspecto ambiental presente no bojo desse termo. Assim, temos que, a partir do momento que o Estado se propõe a realizar políticas efetivas, que de fato contribuam para o desenvolvimento pleno de um espaço rural, tem que necessariamente analisar as condições socioambientais ali presentes, além das relações em que se baseiam as interações entre os sujeitos e destes com o espaço, bem como a forma de se apropriarem do ambiente dentro do qual estão inseridos.

A visão economicista, primeira linha de raciocínio acerca da sustentabilidade, propõe uma solução para o desenvolvimento sustentável baseada na determinação do ambiente como um bem econômico (COSTA, 2010). Dentro dessa visão, tem-se duas teorias sobre o conceito de sustentabilidade. A primeira teoria, chamada de “sustentabilidade forte”, busca chamar a atenção para a importância da preservação dos recursos naturais, tendo em vista que muitos deles são insubstituíveis.

Nessa teoria, uma gestão sustentável dos recursos permite sua extração, mas de modo que os recursos tenham tempo suficiente para regenerar-se. Já a segunda teoria, denominada “sustentabilidade fraca”, considera que a preocupação com a preservação ambiental é sem fundamento, pois, em virtude desses bens serem substituíveis, os outputs, ou bens produzidos pela economia, existem mesmo na ausência deles. Ainda segundo a mesma autora,

A segunda linha de interpretação, termodinâmica ou pessimista, sobre a sustentabilidade, insere-se num posicionamento de crítica ao padrão de desenvolvimento econômico, pois considera-o gerador de todo o problema. A crise ambiental, segundo esta corrente, é consequência do super-desenvolvimento industrial. São aqui aplicadas as leis da termodinâmica à economia, no sentido de que o crescimento baseado no esgotamento dos recursos naturais conduz à sua escassez absoluta. (COSTA, 2010, p.64).

Ou seja, nessa segunda linha de raciocínio, há a compreensão de que os recursos naturais podem se esgotar, e que por isso, o crescimento econômico deve basear-se em outros modelos diferentes do predatório atualmente utilizado. Assim, é necessário prezar pela construção de uma relação amistosa do ser humano com a natureza, a fim de que haja um equilíbrio, onde o primeiro consiga extrair os recursos necessários à sua subsistência, sem, no entanto, findá-los.

Tendo em vista os aspectos mencionados, pode-se afirmar que não há um consenso acerca do conceito de sustentabilidade, e que sua definição torna-se ainda mais complexa devido a pluralidade de interesses e contextos em que se encontra. A interpretação à qual esse trabalho se afilia é a de que sustentabilidade ou desenvolvimento sustentável, deve ser entendido como a utilização dos recursos escassos de maneira eficiente e racional, visando sempre a preservação do meio ambiente, para que as gerações futuras também consigam desfrutá-lo, como bem disse WCDE (1987) apud Costa (2010, p. 65), “Desenvolvimento sustentável significa atender às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atender as suas próprias necessidades”.

Isso posto, passemos para a definição do que seriam políticas públicas, e mais especificamente, o que são políticas públicas para o desenvolvimento rural sustentável baseado na agricultura.

As políticas públicas podem ser definidas como

decisões que envolvem questões de ordem pública com abrangência ampla e que visam à satisfação do interesse de uma coletividade. Podem também ser compreendidas como estratégias de atuação pública, estruturadas por meio de um

processo decisório composto de variáveis complexas que impactam na realidade. (AMABILE, 2012, p. 390).

Sob o mesmo ponto de vista, “As políticas públicas são a concretização da ação governamental. Consideram atores formais e informais num curso de ação intencional que visa ao alcance de determinado objetivo” (AMABILE, 2012, p.390). Explicitar esses conceitos é útil no sentido de que nos permite compreender a importância da relação entre as três esferas de governo (municipal, federal e estadual), na aplicação de políticas públicas de desenvolvimento rural que possibilitem aos agricultores da região uma produção mais eficiente e sustentável.

Serafin Jr, Grandi, Besen (2019), identificam a necessidade das políticas públicas permitirem, em sua construção, contribuições de todos os atores envolvidos, bem como serem acessíveis à todos eles. Portanto, é perceptível como o gestor municipal deve saber articular todas as partes interessadas no processo de desenvolvimento rural do município, a fim de se chegar à um consenso acerca de quais devem ser aplicadas. Gebler e Palhares (2017) compartilham desse mesmo entendimento, ao afirmarem que deve haver uma cogestão do território, onde os governos estaduais e federal estabelecem as diretrizes das políticas agrícolas, e os governos locais ficam encarregados de operacionalizá-las. Enaltecem ainda a importância de uma avaliação “dos instrumentos de regulação do meio ambiente no espaço rural, bem como os impactos ambientais que as atividades possam causar.” (GEBLER, PALHARES, 2007, p. 16).

Em face à essa realidade, os gestores não podem olhar as políticas públicas agrícolas apenas sob o enfoque econômico, sob o pretexto de melhorar as condições pecuniárias dos habitantes rurais. É preciso também que eles estejam atentos para variáveis mais abrangentes, que impactam diretamente sobre a qualidade de vida desses cidadãos. Com o meio ambiente degradado, eles perdem não somente sua fonte de sustento, mas o espaço onde habitam e construíram seus laços afetivos. Tais fatores são tão importantes de serem analisados quanto a capacidade de instrumentos proporcionarem aos agricultores meios de garantir a renda de suas famílias.

“O contexto histórico das políticas públicas brasileiras para a agricultura indica a priorização da agricultura comercial. Destaca-se que apesar de um volume grande de recursos destinados ao crédito rural, os agricultores de pequeno porte obtiveram pouca acessibilidade a estes incentivos” (SILVA, 2017, p. 22).

Esse fato demonstra como a preocupação dos governos pauta-se em ajudar os grandes produtores a expandirem ainda mais seus negócios. Entretanto, nos pequenos municípios, a quantidade desses produtores é relativamente baixa, se comparada com aqueles produtores familiares que, na maioria das vezes, comercializam bem pouco seus produtos, pois os frutos de seu trabalho são utilizados para alimentar a si próprios e os familiares.

Nessa discussão que se inicia, em um quadro de maior poder orçamentário para os municípios e com a possibilidade de alocar recursos para o crédito rural, seria possível se pensar em uma nova fase de desenvolvimento rural, redirecionando recursos – de forma responsável – para as demandas locais (BELIK, 2020, p. 182).

A descentralização das políticas e consequente tomada de decisão, propiciam aos gestores municipais melhores condições de elaborar políticas focalizadas. Via de regra, os municípios são a menor esfera de governo, e devido essa particularidade, “tornaram-se os principais atores sociais na promoção do desenvolvimento rural sustentável” (Serafin Jr, Grandi, Besen, 2019, p. 9). Como afirma Jacobi (1989, p. 42), “Por trás da descentralização está colocada uma questão básica de sobrevivência econômica, ou, se preferirmos, um mecanismo adequado para o uso e redistribuição mais eficiente do escasso orçamento público”.

Dessa forma, fica evidenciado como a alocação dos recursos de maneira estratégica, ou seja, planejando segmentos de atuação das políticas e direcionando aporte financeiro para sua efetivação, propiciam resultados econômicos positivos para os municípios.

Não tendo impedimentos legais e carregando o ônus da manutenção de atividades rurais em tempos de crise, parece natural que os municípios possam formular e colocar recursos em políticas agrícolas próprias. Estudos mais aprofundados seriam necessários para o desenho da operacionalização de um sistema municipal de financiamento da agricultura, mas já há um amadurecimento na sociedade para se analisar propostas inovadoras sobre o tema (BELIK, 2020, p. 182).

Assim, são colocadas duas opções para os municípios: efetivar apenas as políticas desenvolvidas pelos outros entes da Federação, contribuindo com a operacionalização e com os recursos financeiros; ou formular políticas agrícolas próprias, dentro de um desenho institucional que permita aos gestores, maior flexibilidade nas tomadas de decisões e direcionamento dessas políticas, sempre respeitando o princípio administrativo da estrita legalidade, ou total obediência à lei.

Após essa discussão, é notória a importância de se estudar as políticas para o desenvolvimento rural que são desenvolvidas nos municípios, especialmente naqueles de pequeno porte e que possuem grande parte da população residindo em áreas rurais, como é o caso de Aracoiaba. Ademais, é imprescindível analisar as interações que ocorrem entre os órgãos que promovem, desenvolvem e/ou efetivam essas políticas, pois é a partir do esforço coletivo que resultados exitosos são alcançados. Dessa maneira, a partir daqui será apresentado como este trabalho foi desenvolvido e quais os resultados obtidos com a pesquisa.

Metodologia

Aracoiaba é um Município cearense, que desde sua colonização às margens do rio que leva o mesmo nome, desenvolve uma cultura de subsistência baseada principalmente na produção e comercialização de produtos agrícolas, bem como nos serviços públicos. Sua origem remonta de meados do século XVIII, quando um senhor chamado Marcelino, que era responsável por fazer a travessia das pessoas de uma margem do rio Aracoiaba até Fortaleza, construiu ali sua barraca a fim de que não precisasse ficar se deslocando diariamente até o local. A partir dali, outras pessoas foram construindo suas casas pela região, com destaque para Domingos Simões Jordão, então Capitão Mor da capitania do Ceará Grande, a quem foi concedido três léguas de terra contínuas. Elevou-se à condição de Município em 4 de dezembro de 1933, sob o decreto nº 1.156. Depois de emancipada, Aracoiaba foi dividida em 9 distritos, cada qual com suas localidades correspondentes.³

Como aponta Jacquet (2000), a partir dos anos de 1950, a terra passou a ser considerada um bem econômico extremamente valioso, como fruto da introdução do capitalismo na agricultura do Ceará. Com isso, as relações que existiam entre empregador-empregado no campo se modificaram. Até essa época, os empregados moravam na fazenda, pois lhes era cedido uma parte de terra fértil para plantio, onde a colheita deveria ser obrigatoriamente dividida com o patrão. Com o advento do maquinário agrícola, os grandes latifundiários perceberam que não era mais vantajoso ter as famílias de seus trabalhadores residindo em suas terras, e com isso começou-se uma expulsão em massa dos agricultores familiares.

Acantonado em estabelecimentos não viáveis, exíguos e cultivados segundo modos de apropriação indiretos ou precários, o pequeno campesinato encontrou dificuldades

³ Dados disponibilizados no site da Prefeitura: <https://aracoiaba.ce.gov.br/omunicipio.php>. Acesso em: 17 de jun. de 2021.

crescentes de acesso à terra, que resultou na deterioração, pelo menos relativa, de seu status e de sua condição de vida (JACQUET, 2000, n. p.).

Esse fenômeno também ocorreu no Município estudado, e até hoje muitas famílias rurais não conseguem melhorar suas condições de vida apenas com os frutos de seu trabalho no campo, amparando-se em programas governamentais de transferência de renda para custear despesas e manter sua subsistência. Com base no último Censo realizado pelo IBGE em 2010, a população rural de Aracoiaba era de 11.654 pessoas, onde 35,76% eram considerados como extremamente pobres (com rendimento domiciliar per capita mensal de até R\$ 70,00). Assim sendo, esse trabalho busca analisar como as políticas públicas de desenvolvimento rural aplicadas no município impactam na qualidade de vida dos moradores do campo, bem como essas políticas proporcionam uma relação homem-natureza mais sustentável. É importante ressaltar que essas políticas podem ser tanto municipais, quanto estaduais e/ou federais.

De acordo com Raupp e Beuren (2006, p. 80), “Por meio do estudo exploratório, busca-se conhecer com maior profundidade o assunto, de modo a torná-lo mais claro ou construir questões importantes para a condução da pesquisa”. Os mesmos autores, parafraseando Gil (1999), definem a pesquisa descritiva como aquela que “tem como principal objetivo descrever características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre as variáveis”. Dessas citações, pode-se inferir que, em relação aos seus objetivos, a pesquisa pode ser classificada como exploratória-descritiva, uma vez que busca historicizar o objeto, estudando e descrevendo as variáveis envolvidas, bem como suas inter-relações, a fim de conhecê-lo mais profundamente e assim obter resultados consistentes.

Justifica-se a utilização desse tipo de pesquisa ao enquadrar a agricultura do município dentro de um tempo, espaço e contexto determinados, apresentando as características encontradas, e relacionando-as com as políticas públicas de desenvolvimento rural aplicadas no município. Ao mesmo tempo, foi analisado como os órgãos públicos e privados, desenvolvedores dessas políticas, se articulam entre si para oferecer os melhores resultados à população.

Quanto à abordagem, a pesquisa se configura como qualitativa, onde “o sujeito-observador é parte integrante do processo de conhecimento e interpreta os fenômenos, atribuindo-lhes um significado. O objeto não é um dado inerte e neutro; está possuído de significados e relações que sujeitos concretos criam em suas ações.” (CHIZOTTI, 2018, p. 78). Pretendeu-se, com essa pesquisa, apresentar um conjunto de elementos que contribuam para

um melhor entendimento acerca das políticas municipais de desenvolvimento rural, e como elas auxiliam os produtores à desenvolverem práticas agrícolas sustentáveis. Ademais, ela subsidiará o conhecimento da situação em que se encontram alguns pequenos produtores rurais.

As informações obtidas no trabalho poderão servir como incentivo e base de dados para o município, a fim de que os gestores procurem identificar as necessidades dos produtores rurais, uma vez que eles representam uma parcela significativa de contribuição à economia municipal. Além disso, as políticas poderão ser melhoradas, objetivando-se o mapeamento e a segmentação dos produtores, para que lhe sejam oferecidas políticas adequadas de ampliação e escoamento da produção.

Como coleta de dados, foram utilizadas entrevistas semiestruturadas, onde as perguntas estavam previamente definidas em um roteiro específico, mas entrevistador e entrevistado ficaram livres para fazer outras perguntas além destas. De Oliveira (2008), afirma que

Provavelmente, a entrevista semi-estruturada dê uma maior possibilidade de entendimento das questões estudadas nesse ambiente, uma vez que permite não somente a realização de perguntas que são necessárias à pesquisa e não podem ser deixadas de lado, mas também a relativização dessas perguntas, dando liberdade ao entrevistado e a possibilidade de surgir novos questionamentos não previstos pelo pesquisador, o que poderá ocasionar uma melhor compreensão do objeto em questão.

Os quadros 1 e 2 mostram a relação das pessoas que participaram das entrevistas, os respectivos órgãos do qual fazem parte, bem como a relação dos produtores e o que eles produzem.

Quadro 1- Relação dos entrevistados e os órgãos em que trabalham

Órgão	Entrevistado
Secretaria de Desenvolvimento Rural	Assistente de Apoio à Gestão
Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará	Gerente de Escritório
Cooperativa de Produtores Agropecuários do Maciço de Baturité Ltda.	Presidente da Cooperativa
Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Aracoiaba	Presidente do Sindicato

Fonte: Dados Próprios (2021)

Quadro 2- Relação dos Produtores Entrevistados e as Culturas que Produzem

Produtor	Cultura Produzida
Produtor A	Castanha
Produtor B	Banana
Produtor C	Manga
Produtor D	Milho
Produtor E	Mandioca
Produtor F	Cana-de-açúcar
Produtora G	Feijão

Fonte: Dados Próprios (2021).

Foram entrevistados dois representantes de instituições públicas, sendo um da Secretaria de Desenvolvimento Rural do Município de Aracoiaba e outro da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará (Ematerce); e dois representantes de instituições privadas, a saber: Cooperativa de Produtores Agropecuários do Maciço de Baturité Ltda. e Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Aracoiaba. Também foram entrevistados sete produtores, um para cada segmento de produção apresentado neste estudo. A escolha desses produtores deu-se segundo o critério de acessibilidade, não sendo utilizado nenhum método amostral para escolhê-los. Das onze entrevistas, três foram realizadas através da rede social WhatsApp, tendo em vista o atual contexto pandêmico vivenciado no Brasil, bem como a indisponibilidade, relatada por alguns entrevistados, para uma entrevista presencial. As demais foram realizadas presencialmente. A coleta de dados ocorreu durante dois meses, no período compreendido entre 23 de outubro a 23 de dezembro de 2021.

Além disso, foi utilizada pesquisa documental acerca da quantidade de pessoas residentes na área rural do município, a produção agrícola, e sua contribuição para a economia, a fim de obter-se os dados necessários para embasamento do trabalho, bem como pesquisa bibliográfica dos conceitos apresentados especialmente no referencial teórico, objetivando uma melhor fundamentação e análise do problema discutido. Essas pesquisas podem assim serem definidas:

A pesquisa documental é muito próxima da pesquisa bibliográfica. O elemento diferenciador está na natureza das fontes: a pesquisa bibliográfica remete para as contribuições de diferentes autores sobre o tema, atentando para as fontes secundárias, enquanto a pesquisa documental recorre a materiais que ainda não receberam tratamento analítico, ou seja, as fontes primárias. (SÁ-SILVA, ALMEIDA, GUINDANI, 2009, p. 6).

Os dados da pesquisa foram analisados a partir da realidade sócio histórica, a fim de associar o que as pessoas entrevistadas relataram com o contexto em que estão inseridas. Freitas (2002, p. 28) assim relata sobre sua utilização: “Trabalhar com a pesquisa qualitativa numa abordagem sócio-histórica consiste pois, numa preocupação de compreender os eventos investigados, descrevendo-os e procurando as suas possíveis relações, integrando o individual com o social.” Buscou-se assim, integrar a realidade individual de cada produtor, bem como dos órgãos que foram estudados, com um contexto mais amplo de relações, evidenciado pelo empenho em prol de um desenvolvimento rural sustentável.

A principal limitação na realização deste trabalho refere-se à desatualização de alguns dados, uma vez que o último Censo do IBGE aconteceu em 2010, e as pesquisas divulgadas pelo Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (Ipece) se baseiam nos dados obtidos através deste Censo. Em decorrência disso, o panorama socioeconômico do Município pode ter se alterado ao longo dos anos, e as variáveis apresentadas neste estudo não refletirem fielmente a realidade de Aracoiaba.

Resultados e Discussão

A produção agrícola do Município em estudo pode ser dividida em lavouras temporárias e lavouras permanentes. As primeiras referem-se às culturas de curta ou média duração, que normalmente possuem ciclo vegetativo de um ano, sendo necessário o replantio cada vez que ocorre a colheita. Já as segundas, não necessitam de replantio, pois são culturas de longo ciclo vegetativo que permitem colheitas sucessivas. De acordo com dados divulgados pelo IBGE⁴, em 2020, as principais lavouras permanentes eram de castanha de caju, banana e manga. Quanto às lavouras temporárias, as principais eram milho, mandioca, cana-de-açúcar, e feijão. Nos quadros 3 e 4 podemos verificar como a produção dessas culturas evoluiu ao longo do período considerado para estudo.

⁴ Cidades IBGE/Pesquisa. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/aracoiaba/pesquisa/15/11863>. Acesso em: 17 de jun. de 2021.

Quadro 3-Evolução da Quantidade Produzida por Lavoura Permanente- Em Toneladas

Ano \ Lavoura	Castanha	Banana	Manga
2017	709	157	186
2018	1.307	184	350
2019	989	218	203
2020	1.394	189	206

Fonte: IBGE (2021)⁵

Quadro 4-Evolução da Quantidade Produzida por Lavoura Temporária-Em Toneladas

Ano \ Lavoura	Milho	Mandioca	Cana-de-açúcar	Feijão
2017	2.242	331	625	1.073
2018	3.999	428	1.250	1.304
2019	4.471	1.128	909	815
2020	5.158	918	910	1.171

Fonte: IBGE (2021)⁶

Podemos perceber que, no período analisado, alguns produtos tiveram grandes oscilações quanto às quantidades produzidas, como a Castanha e a Cana-de-açúcar. Banana, Manga, Mandioca e Feijão tiveram seus valores quase inalterados, com pequenas variações, sendo que este último teve uma leve queda na produção no ano de 2019. Quanto ao milho, é perceptível o crescimento exponencial de sua produção ao longo dos anos,

Os orçamentos e as demonstrações contábeis constantes no site da Prefeitura de Aracoiaba⁷, permitem fazer uma análise, ainda que sucinta, das aplicações de recursos realizadas pelo Município visando fortalecer o setor agropecuário. As ações exclusivas de apoio à agricultura e pecuária são a conta denominada Agricultura, incluindo: incentivo e apoio ao agropecuarismo, que busca implementar a produção dos pequenos produtores através da aragem de terras e distribuição de sementes; Programa de Apoio ao Abastecimento; extensão rural; garantia do seguro-safra; e o Programa Plantar Melhor, de iniciativa municipal, que subsidia a compra de horas de tratores para aragem da terra; além de outros serviços ofertados

⁵ Produção Agrícola no Município de Aracoiaba- Lavoura Permanente. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/aracoiaba/pesquisa/15/11863>. Acesso em: 17 de junho de 2021.

⁶ Produção Agrícola no Município de Aracoiaba- Lavoura Temporária. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/aracoiaba/pesquisa/14/10193>. Acesso em: 17 de junho de 2021.

⁷ Disponível em: <https://aracoiaba.ce.gov.br/lrf.php?id=136>. Acesso em: 17 de jun. de 2021.

aos pecuaristas. Foram gastos com estas ações R\$806.000,00; R\$1.064.000,00; R\$1.152.000,00; e R\$972.000,00 anuais entre 2017 e 2020, respectivamente.

Levando em consideração as receitas totais do município, pode-se afirmar que as aplicações exclusivas no setor agropecuário para o período considerado, foram aproximadamente de 1,07%, 1,46%, 1,52% e 1,22%, respectivamente. Diante do exposto, podemos perceber o quanto ainda é tímido o aporte financeiro que se dá aos pequenos produtores rurais, não chegando a corresponder à 2% das receitas municipais. Sem contar que esses recursos são destinados tanto para ações na agricultura quanto na pecuária, sem distribuição uniforme entre essas áreas. Isso se dá ainda, em um contexto onde a maioria das receitas é oriunda de transferências de outros entes da Federação, levando a crer que apesar do município não possuir condições de se manter com seus próprios recursos, continua sem criar políticas efetivas para o fortalecimento do desenvolvimento local. Além disso, segundo dados do Censo IBGE 2010⁸, 45,90% da população aracoiabense reside em áreas rurais, sendo um espaço estratégico para atuação governamental.

Para melhor abordagem do conteúdo, serão apresentadas e explicitadas as ações voltadas para a agricultura, presentes no município. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), ou como denominado municipalmente, Programa de Apoio ao Abastecimento, tem por objetivo comprar alimentos dos agricultores familiares e destiná-los às pessoas em situação de vulnerabilidade alimentar, bem como aquelas atendidas por redes socioassistenciais.⁹ É uma política desenvolvida pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), empresa pública vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa). Das atividades realizadas pelo PAA, Aracoiaba conta com o PAA Leite, que doa leite bovino e caprino para escolas e famílias carentes; e com a Doação de Alimentos, visando a doação de cestas básicas em consonância com leis federais que regulamentam seus procedimentos, bem como a listagem de quem deverá receber essas cestas.

O Garantia-Safra é uma ação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), financiada pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), vinculado também ao Mapa. Prevê recursos financeiros aos pequenos agricultores que, em períodos de estiagem ou excesso de chuvas, venham à perder sua produção; além da construção

⁸ Perfil Básico Municipal 2013 Aracoiaba. Disponível em: https://www.ipece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/45/2018/09/Aracoiaba_2013.pdf. Acesso em: 17 de jun. de 2021.

⁹ Cartilha PAA elaborada pelo CONAB. Disponível em: https://www.conab.gov.br/images/arquivos/agricultura_familiar/Cartilha_PAA.pdf. Acesso em: 27 de dez. de 2021.

de poços e cisternas para mitigar os efeitos da seca, proporcionando maior acessibilidade à água. É uma política que não se restringe aos trabalhadores agrícolas, mas acaba beneficiando-os, uma vez que garante meios para manter as plantações.

Quanto ao Programa Plantar Melhor, é uma ação do governo municipal de Aracoiaba, operacionalizada com recursos próprios e executada pela Secretaria de Desenvolvimento Rural, sempre em sintonia com a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará (Ematerce) e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Aracoiaba. Esse Programa distribui gratuitamente horas de tratores para os agricultores que não tenham condições de adquiri-las por conta própria. Entretanto, um dos produtores entrevistados relatou que essas horas não são suficientes, pois além de ser ofertada somente uma hora a cada agricultor, elas são mal distribuídas.

Um projeto estadual mencionado na entrevista com a Ematerce, e que também está presente no município, é o de Desenvolvimento Rural Sustentável, mas popularmente conhecido como Projeto São José.

O Projeto consiste em realizar investimentos visando apoiar a agricultura familiar do Ceará, de forma sustentável e inovadora, além de ampliação do acesso a água, saneamento para famílias em situação de vulnerabilidade hídrica contribuindo para: (I) fortalecimento da Agricultura Familiar apoiando atividades produtivas, sustentáveis, inovadoras e inclusivas (II) ampliação do acesso à água e saneamento em áreas prioritárias contribuindo com as ações do Estado para sua universalização; e (III) fortalecimento institucional de parceiros estratégicos e a gestão do Projeto (informação online).¹⁰

É um Projeto essencial na realização de uma agricultura mais sustentável, onde não haja tanta degradação ambiental, e o solo, sendo melhor cultivado, possa durar mais tempo com sua fertilidade. Ademais, proporciona que as pessoas tenham acesso à água e consigam conviver com os períodos de estiagem tão presentes em várias regiões do Ceará, sanando não somente a necessidade desse recurso essencial à sobrevivência, mas gerando condições para essas pessoas manterem suas fontes de renda (agricultura e pecuária).

Além destes, o Município conta com o Programa Nacional de Crédito Fundiário, uma política pública federal destinada à aquisição de imóveis rurais para aqueles que não possuem terras, ou possuem em pouca quantidade. Essa política possui benefícios duplos: reduz o grau

¹⁰ Projeto São José IV. Disponível em: <https://www.sda.ce.gov.br/projeto-sao-jose-iv/>. Acesso em: 28 de dez. de 2021.

de pobreza rural presente no município, evidenciado pelo índice já apresentado neste trabalho, de 35,76% de população considerada extremamente pobre; e fomenta o desenvolvimento econômico, na medida em que amplia a capacidade dessas pessoas gerarem renda para si próprias, pois permite a estruturação de atividades produtivas nas áreas em que os imóveis estão instalados. E uma vez que geram renda, conseqüentemente irão devolver determinada parte dela aos entes da federação, na forma de impostos.

Em parceria com a Ematerce e com a Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Ceará (Adagri), são realizados ciclos de vacinação contra a febre aftosa, e visitas de campo, com o intuito de fiscalizar como o cultivo está sendo realizado. Não obstante todo cultivo ensejar certa degradação da terra, os técnicos da secretaria diariamente vão às propriedades, para evitar poluição ambiental e degradação excessiva. É um elemento importante de ser mencionado, pois demonstra a preocupação que este órgão público tem com a preservação do meio ambiente. Outras ações desenvolvidas remetem à facilitação de acesso aos maquinários agrícolas, a fim de que os agricultores modernizem o manejo da terra, e possam aumentar sua produtividade

A forma como os agricultores realizam o cultivo é bastante semelhante, sendo os processos utilizados transcritos abaixo:

Primeiro gradeia a terra, pra quando vir as chuvas a água penetrar melhor na terra, e assim, na safra, o cajueiro dá uma boa produção. (Produtor de Castanha de Caju).

Foi preparado o solo. A banana foi plantada em fileiras duplas, com nove meses começou a produzir. Sempre são feitos os tratos culturais: limpa, desbaste, que é a retirada do excesso de perfídia da banana, a desfolha. Essa banana é irrigada por micro aspersão, é usado um instrumento chamado aspersor, pequeno. (Produtor de Banana).

Primeiro a gente prepara a terra, passa o trator, depois a gente planta de metro em metro. Aí depois vem o cultivo, e a limpa de enxada. (Produtor de Milho).

Limpa da terra, depois o plantio é feito manualmente. De vez em quando é feita uma nova limpa para que a mandioca não seja consumida pelo mato, e seja mais fácil de colher. (Produtor de Mandioca).

Limpa da terra, adubo, plantio e irrigação. (Produtor de Cana-de-açúcar).

Primeiro é feita a limpa da terra, pago trabalhadores pra tirar todo o mato que cresceu durante o período que o terreno não estava plantado. Depois pago uma pessoa para aradar a terra com o trator. O plantio é feito manualmente. Depois é feita frequentemente uma aradagem com o cultivador e mais uma limpa para evitar que os matos cresçam e se enrosquem nos pés de feijões. De vez em quando, é usado uns produtos para matar pragas e insetos. A colheita também é feita manualmente por mim e por outros trabalhadores que pago. (Produtora de Feijão).

O Produtor de Manga não sabe como o cultivo foi realizado, pois, segundo ele, a propriedade onde estão as mangueiras já existe há muito tempo, sendo herdada entre as gerações até chegar à ele.

Esses relatos demonstram como o processo de cultivo realizado pelos produtores é bastante manual, onde o trator é o único maquinário utilizado. Esse fator contribui com a preservação ambiental, mas limita a capacidade produtiva. Costa (2010), apresenta um dos aspectos sociais da agricultura sustentável como o acesso à recursos e informação. Com base nisso, entende-se que, para os agricultores conseguirem modernizar o cultivo e ampliar sua produção, o Governo precisa lhe dá mecanismos que facilitem o alcance deste objetivo.

Nesse contexto, é factível destacar a certificação dada aos produtores do município, e a busca de parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), para ofertar cursos de capacitação à eles. São instrumentos que proporcionam aos agricultores uma maior capacidade técnica de produzir com qualidade, e mostrar para seus compradores que aqueles produtos passaram por um processo confiável, pois eles próprios entendem do assunto, e contam com o apoio de indivíduos que também têm esse conhecimento teórico para auxiliá-los.

Entretanto, nenhum produtor entrevistado possui a certificação mencionada ou alguma outra. Cabe, portanto, aos gestores da secretaria, empenhar-se em levar essa certificação a mais pessoas, para que seus produtos possam ser reconhecidos como orgânicos, e tenham maior valor agregado. Mesmo sem a certificação, 6 dos entrevistados afirmaram saber o que significa agricultura orgânica/sustentável, definindo-a como o não uso de veneno, adubando as plantas apenas com composto orgânico. É uma definição bem consistente, ainda que limitada por suas experiências e carência de instruções acerca de como produzir mais e melhor, sem, no entanto, findar os recursos naturais. Isso demonstra que eles conhecem o que é uma agricultura sustentável e reconhecem sua importância. Porém, apenas um dos produtores pratica efetivamente esse tipo de agricultura, a saber: o produtor de banana. Dessa forma, os cursos realizados, se bem difundidos, contribuirão para um maior número de pessoas utilizando-se dos

meios produtivos orgânicos, tendo em vista que muitos deles não a utilizam por não saber quais produtos e/ou técnicas utilizarem.

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Aracoiaba também realiza visitas às propriedades, através dos chamados delegados de base, que estão em diversas comunidades. São eles que assistem ao público, entendem a demanda e fazem o intercâmbio entre a base e o Sindicato. Atualmente, o Sindicato não dispõe de técnicos agrícolas, mas tem buscado essa parceria, já que os próprios afiliados sentem essa necessidade.

Uma das maiores demandas dos agricultores, de acordo com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Aracoiaba, é o aumento dos investimentos para o setor agrícola, tendo em vista que os pequenos produtores não conseguem se beneficiar satisfatoriamente de sua produção, pois, para conseguir renda suficiente para cobrir os gastos resultantes dela, a grande parte dos produtos são vendidos a um preço baixíssimo.

Os pontos de venda são praticamente os mesmos entre os produtores: venda direta aos consumidores finais, que normalmente residem na mesma localidade dos produtores ou nas proximidades. Além destes, a castanha é vendida para mini fábricas que fazem seu processamento, a cana-de-açúcar para as usinas, e o feijão para pequenos comércios.

Dessa maneira, os agricultores ficam à mercê de benefícios assistenciais e previdenciários para manter-se. Essa situação pode ser exemplificada pelas respostas dos produtores entrevistados, uma vez que 4 deles possuem outras fontes de renda além da agricultura, tendo em vista que a quantidade produzida é insuficiente para garantir a alimentação dos familiares, e gerar ganhos financeiros para subsidiar a compra dos outros produtos considerados essenciais para a subsistência. O produtor de milho chegou a afirmar que nem ao menos consegue vender o que é produzido. Alguns já trabalharam tempo suficiente, contribuindo para a previdência, e por isso conseguiram a aposentadoria rural.

Podemos aqui elencar mais ações que o Sindicato realiza, pois é preciso comprovar que contribuiu com essa organização, durante determinado tempo, para conseguir a referida aposentadoria. Benefícios assistenciais como pensões, auxílio doença, e salário-maternidade, também dependem de documentação fornecida pelo órgão. Ademais, é dado suporte para a consecução da Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (DAP), principal documento para que os agricultores consigam pedir financiamento junto às entidades bancárias, e aderir aos programas governamentais.

As demandas apontadas pelos produtores, referem-se à melhoria das estradas carroçais, que inviabilizam o fluxo comercial dos produtos, bem como a falta de transportes para levá-los até a sede do município, haja vista que as próprias localidades rendem um volume pequeno de vendas. O funcionário da Secretaria de Desenvolvimento Rural afirma que a instituição não possui transporte próprio, sempre solicitando os veículos de outras secretarias quando precisa ajudar os produtores no escoamento de sua produção. É um ponto bastante negativo, pois, como a secretaria de agricultura tem políticas que envolvem a locomoção até as comunidades, nem sempre estas podem ser concretizadas em tempo hábil, uma vez que não há disponibilidade de veículos regularmente. O Sindicato auxilia no escoamento da produção excedente, comprando diretamente dos produtores, e sugere que os gestores públicos, e os próprios agricultores, realizem feiras agroecológicas, visando ampliar a comercialização dos produtos.

É pertinente também apresentar as dificuldades apontadas pelos representantes dos órgãos entrevistados:

Ultimamente, a gente tem enfrentado problemas exatamente no sentido de que as mídias, algumas redes sociais tem batido muito com respeito à estrutura da luta do movimento sindical. Algumas pessoas não tem entendido a luta, algumas pessoas não tem compreendido esse processo, mas que pouco a pouco a gente também está vencendo esses desafios, que hoje são dificuldades, mas que pouco a pouco a gente está levando a mensagem aos nossos associados. **(Maria Andreia- Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Aracoiaba).**

Problema semelhante é enfrentado pela Cooperativa de Produtores Agropecuários do Maciço de Baturité Ltda. (COOPAMAB), como pode ser observado no relato de seu Presidente:

Falta de compreensão das pessoas sobre a importância de uma organização cooperativa, a própria crise econômica, a crise de credibilidade e de participação da sociedade, a falta de políticas públicas para a agricultura familiar, entre outras, são algumas das dificuldades que enfrentamos. **(Silvanar Soares- Presidente da COOPAMAB).**

Quanto à Secretaria, as necessidades pontuadas foram:

Precisamos de mais pessoas. O município é muito grande, muitos distritos e muitas localidades, e não conseguimos atender a todos. **(Elson- Funcionário da Secretaria de Desenvolvimento Rural de Aracoiaba).**

O representante da EMATERCE não relatou sobre as dificuldades da instituição, mas deu sugestões de como as políticas para a agricultura municipal podem melhorar:

A melhor sugestão que podemos dar é uma maior valorização da ATER [Assistência Técnica e Extensão Rural] Pública, chamando os concursados, comprando veículos novos, fazendo melhorias nos escritórios, como também uma participação maior das prefeituras, sindicatos e outros interessados nessa melhoria. (**Luis Erico- Gerente de Escritório da EMATERCE**).

A partir dessas falas, podemos identificar como é imperativa a legitimação que essas entidades desejam ter, tanto perante os cidadãos, quanto na relação umas com as outras. Essa legitimação perpassa pela imagem institucional que é veiculada através dos meios de comunicação, em especial nas redes sociais. Nesse interim, investir em campanhas de marketing organizacional é uma estratégia viável para mostrar à população o quão válidos são os esforços empreendidos na tentativa de melhorar o setor agropecuário. Do mesmo modo, é interessante analisar como todos esses órgãos reconhecem sua própria importância, alinhada à do Estado e da Sociedade Civil, num contexto de relações que tem como principal objetivo beneficiar os pequenos produtores.

Para que as ações aqui elencadas contribuam com a melhoria da qualidade de vida dos munícipes da área rural, é preciso analisar fatores que vão além da agricultura em si. A base de dados que existe na Secretaria, acerca dos produtores municipais, poderia ser utilizada para mapear o perfil socioeconômico desses produtores, averiguando quais deles necessitam de uma maior assistência governamental. Nesse sentido, as políticas seriam melhor desenvolvidas, pois o público-alvo estaria mais segmentado. Ou seja, apesar dos produtores necessitarem de amparo com relação à sua produção e venda, e conseqüentemente se beneficiarem de políticas como recebimento de sementes, maquinário, compra direta, transporte dos produtos até a sede, dentre outros, concomitantemente, eles podem estar necessitando de outras políticas sociais, principalmente no que se refere à saneamento básico, água potável e alimentação saudável.

Analisando as entrevistas realizadas, percebe-se que há integração entre todos os órgãos aqui mencionados, pois, para que as políticas públicas cheguem de fato ao agricultor, faz-se necessário um trabalho em conjunto. Uma parceria interessante é a que ocorre entre a Secretaria de Desenvolvimento Rural e as associações presentes no Município. Existe dentro da secretaria, um órgão exclusivo para lidar com as questões ligadas à essa parceria.

Em Aracoiaba há a cooperativa chamada COOPAMAB, como já foi mencionada, mas, até o momento, sua parceria se dá somente com as instituições de crédito e de assistência técnica. A presidente do Sindicato afirma que há muito incentivo para que os agricultores participem desses tipos de organização, pois facilita a captação de recursos financeiros e estrutura os movimentos sociais na busca de melhorias para o setor agrícola.

Apesar de ser um rol expressivo de políticas e ações implantadas no Município, a maioria é de origem estadual ou federal, especialmente desta última, confirmando a afirmação de Belik (2020) que, no histórico da política agrícola brasileira, o governo federal é ator exclusivo. O mesmo autor ainda complementa: “Na prática, o município recolhe impostos do setor agrícola, diretamente pelo ITR ou indiretamente com repasses dos impostos sobre renda e circulação de mercadorias, mas se coloca de forma indiferente no uso desses recursos para programas de desenvolvimento rural.” (BELIK, 2020, p. 175). Assim sendo, é indispensável que os gestores do Município de Aracoiaba desenvolvam mecanismos para que este ente público se torne protagonista na construção de políticas próprias de desenvolvimento rural sustentável, possibilitando uma maior independência financeira dos demais entes, além de proporcionar a criação de políticas mais adequadas para o contexto municipal.

Considerações Finais

O presente estudo buscou analisar as políticas desenvolvidas no Município de Aracoiaba, voltadas para o desenvolvimento rural sustentável. E ainda, entender como os representantes dos diversos órgãos mencionados, se interligam para tornar essas políticas mais sólidas, e fazê-las chegar ao público esperado. Simultaneamente, pretendeu-se verificar qual a percepção dos pequenos produtores acerca da agricultura sustentável. Para isso, foram discutidas questões pertinentes aos conceitos de políticas públicas, descentralização das políticas e sustentabilidade. Também foram apresentadas as principais demandas dos agricultores, e como eles são auxiliados no escoamento da produção.

Diante de todo o contexto apresentado e das explanações realizadas, podemos perceber que Aracoiaba é um município bastante promissor para o desenvolvimento de políticas de desenvolvimento rural. Isso porque, além de possuir grande parte da população residindo no campo, os funcionários dos órgãos governamentais e privados que trabalham na área de agricultura e pecuária, executam um trabalho em conjunto para beneficiar os pequenos produtores. É perceptível a vontade desses profissionais de contribuir com a melhoria da

qualidade de vida dos beneficiários das políticas rurais. Mas, para que as políticas desenvolvidas alcancem tal objetivo, é necessário estruturá-las melhor, bem como aportar um maior volume de recursos financeiros para a agropecuária. Os cursos de capacitação que já são realizados, a intenção de ofertar novos cursos, e a certificação própria do Município, podem indicar o início de uma política própria de desenvolvimento rural. A preocupação da gestão municipal com a degradação ambiental e com a poluição, evidencia que os gestores têm empenhado esforços para garantir a sustentabilidade de suas políticas.

Ressalta-se que este trabalho não está completamente finalizado. Em conformidade com as afirmações apresentadas, sugerem-se novas pesquisas com a temática abordada, em virtude de serem praticamente inexistentes os trabalhos realizados nessa área. Tanto os gestores quanto os próprios cidadãos, necessitam destes dados, pois eles são cruciais na construção de mecanismos para reduzir as desigualdades sociais existentes entre campo e cidade. No mais, informações como essas nos fazem refletir sobre como, apesar desses dois espaços fazerem parte de um só Município, e até certo ponto se complementarem, a atenção que é dada a cada um deles é diferenciada, sendo um mais privilegiado que o outro quando se trata da aplicação de políticas desenvolvimentistas.

Ações Propostas

Em face ao que foi exposto, propõe-se a criação de uma plataforma digital que permita identificar todos os agricultores do município. Já existe uma base de dados sobre alguns produtores, mas grande parte desses dados é físico, e conseqüentemente irão se perder com o passar do tempo. Essa plataforma poderia fornecer informações não somente sobre o que os agricultores produzem e onde estão localizados, mas também ser um canal de comunicação entre a secretaria e os produtores. Por lá, eles poderiam solicitar visitas técnicas, mostrar interesse em participar de alguma das políticas governamentais apresentadas neste trabalho, ou apontar as dificuldades pelas quais estejam passando. Com o advento da tecnologia, muitas atividades realizadas manualmente e os arquivos físicos deixarão de existir, ou no mínimo se tornarão obsoletos. Dessa maneira, é preciso ter todos os arquivos e documentos digitalizados e armazenados em nuvem, a fim de serem melhor resguardados.

Por fim, sugere-se a criação de políticas públicas voltadas para a estruturação de circuitos curtos de comercialização, uma vez que os maiores problemas enfrentados pelos produtores e pela Secretaria de Desenvolvimento Rural, estão relacionados à melhoria de

estradas e/ou falta de transportes. O Sindicato dos Trabalhadores Rurais poderia contribuir com essas políticas, tornando-se responsável pela realização das feiras agroecológicas e, em parceria com os gestores municipais, dar o suporte necessário para os produtores ampliarem o seu volume de vendas, tendo em vista que a pesquisa evidenciou que esse suporte se dá apenas no plano psicológico, por meio do incentivo e da apresentação dos benefícios, bem como através da compra direta.

Referências

- AMABILE, Antônio Eduardo de Noronha. Política Pública. In: CASTRO, Carmem Lúcia Freitas de et al. Dicionário de políticas públicas. 2012.
- BELIK, Walter. A Descentralização da política agrícola no Brasil. 2020.
- CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. Cortez editora, 2018.
- COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. **Programa de Aquisição de Alimentos**: renda para quem produz e comida na mesa de quem precisa. Brasília: ASCOM/MDS, 2012.
- COSTA, Ana Alexandra Vilela Marta Rio. Agricultura sustentável I: conceitos. **Revista de Ciências Agrárias**, v. 33, n. 2, p. 61-74, 2010.
- DA SILVA, José Graziano et al. O novo rural brasileiro. **Revista Nova Economia**, v. 7, n. 1, p. 43-81, 1997.
- DE OLIVEIRA, Cristiano Lessa. Um apanhado teórico-conceitual sobre a pesquisa qualitativa: tipos, técnicas e características. **Travessias**, v. 2, n. 3, 2008.
- FREITAS, Maria Teresa de Assunção. A abordagem sócio-histórica como orientadora da pesquisa qualitativa. **Cadernos de pesquisa**, p. 21-39, 2002.
- GBLER, Luciano; PALHARES, Julio Cesar Pascale. **Gestão ambiental na agropecuária**. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica; Bento Gonçalves: Embrapa Uva e Vinho; Concórdia: Embrapa Suínos e Aves, 2007.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Classificação e caracterização dos espaços rurais e urbanos do Brasil: uma primeira aproximação. 2017.
- JACQUET, Christine. A reestruturação da agricultura cearense: notas sobre a alteração das condições de reprodução do pequeno campesinato. Dados [online]. 2000, v. 43, n. 4. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/dados/a/j8YWrv7gXPYSX4vK7XDZjHx/?lang=pt#>. Acesso em: 02 de nov. de 2021.
- JACOBI, Pedro. **Políticas Públicas**. São Paulo, Cortez, 1989.
- JUNIOR, Valdir Serafim; GRANDI, Adriana Maria; BESEN, Fabíola Graciele. **POLÍTICAS PÚBLICAS MUNICIPAIS PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL E AGRICULTURA**

FAMILIAR EM MUNICÍPIOS DA COSTA OESTE PARANAENSE. **Orbis Latina**, v. 9, n. 2, p. 05-22, 2019.

KAGEYAMA, Angela. Desenvolvimento rural: conceito e medida. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, v. 21, n. 3, p. 379-408, 2004.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. O conceito de espaço rural em questão. **Terra livre**, n. 19, 2002.

MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. Ruralidades: novos significados para o tradicional rural. **Dinâmicas do espaço agrário: velhos e novos territórios: NEAG 10 anos. p. 179-189**, 2017.

NAVARRO, Zander. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. **Estudos avançados**, v. 15, n. 43, p. 83-100, 2001.

Perfil Municipal Aracoiaba. Disponível em: <http://ipecedata.ipece.ce.gov.br/ipece-data-web/module/perfil-municipal.xhtml>. Acesso em: 11 de jul. de 2021.

Pesquisas IBGE- Aracoiaba/Ce. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/aracoiaba/pesquisa/15/11863>. Acesso em: 11 de jul. de 2021.

PONTE, Karina Furini da. (Re)Pensando o Conceito do Rural. **Revista Nera**, ano 7, n.4, p. 20-28, jan./jul. 2004.

Prefeitura Municipal de Aracoiaba. Disponível em: <https://www.aracoiaba.ce.gov.br/>. Acesso em: 17 de jun. de 2021.

RAUPP, Fabiano Maury; BEUREN, Ilse Maria. Metodologia da pesquisa aplicável às ciências. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática. São Paulo: Atlas**, p. 76-97, 2006.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie; ALMEIDA, Cristovão Domingos de; GUINDANI, Joel Felipe. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista brasileira de história & ciências sociais**, v. 1, n. 1, p. 1-15, 2009.

SILVA, Andrea Fortaleza Rocha da. Política pública agrícola: contexto e efeitos socioeconômicos. 2017.

SILVEIRA, Denise Tolfo; CÓRDOVA, Fernanda Peixoto. A pesquisa científica. **Métodos de pesquisa. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. p. 33-44**, 2009.